

Índice

CAPÍTULO 50

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	19
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase contrato	20
3. Teoria da relação jurídica.....	21
4. Outras teorias.....	23
5. A teoria dominante	24
6. Sujeitos da relação processual	24
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	24
8. Autonomia da relação processual	25
9. Caracteres	25
10. Pressupostos processuais	26
11. Início e fim do processo.....	27

CAPÍTULO 51

DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica	29
2. Pressupostos processuais	30
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	30
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validade.....	31
5. Os pressupostos de existência.....	33
6. Os pressupostos de validade	33

CAPÍTULO 52

FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	39
2. Processo e procedimento	40
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	43
4. Formas procedimentais	48
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	48
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função	64
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP	67
8. Rejeição da denúncia ou queixa	68
9. Procedimento ordinário	78
10. Prazo para a conclusão da instrução	95
11. Procedimento sumário	95
12. Suspensão condicional do processo	97
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação	117
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93	134
15. Procedimento sumariíssimo	135
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri	137
17. Procedimento	154
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	156
19. Pronúncia. Efeitos	163
20. Questionário. Ordem dos quesitos	226
21. Exemplos de quesitação	234
22. A sentença	246
23. Súmula do procedimento do Júri	256
24. Modelo de sentença absolutória	258
25. Modelo de sentença condenatória	259
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação	260

CAPÍTULO 53

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	265
--	-----

2. Crimes contra a honra.....	271
3. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.	286
4. Particularidades da fase pré-processual	288

CAPÍTULO 54

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	295
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	301
3. Crimes de imprensa	305
4. Crimes eleitorais	305
5. Entorpecentes.....	309
6. Crimes contra a fauna e a flora	312
7. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores	313
8. Crimes de abuso de autoridade	313
9. Crimes contra a economia popular	315
10. O Júri de economia popular (extinto)	317
11. Crimes de responsabilidade de Prefeitos	322
12. Crimes da Lei das Licitações	322

CAPÍTULO 55

PROCEDIMENTO DAS CONTRAÇÕES

1. Preliminares	325
2. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contração do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	328
3. O procedimento das contrações eleitorais. Observações	329

CAPÍTULO 56

DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes.....	331
2. Atos judiciais em sentido lato e sua classificação	332
3. Jurisdição voluntária	334
4. Atos anômalos	335

5. Atos jurisdicionais	336
6. Os atos jurisdicionais penais.....	337
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam	340
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais	341
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas	341
10. Conceito de sentença	342
11. Estrutura lógica.....	343
12. Natureza jurídica.....	344
13. Função da sentença	345
14. Requisitos da sentença.....	348
15. Clareza e precisão da sentença penal.....	352
16. <i>Jura novit curia</i>	353
17. <i>A mutatio libelli</i>	355
18. Conceito de “elemento” e “circunstância”.....	356
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e pará- grafos do CPP	358

CAPÍTULO 57

DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença	361
2. Efeito da publicação	363
3. Intimação da sentença.....	364
4. Sentença penal absolutória.....	367
5. Efeitos da sentença penal absolutória	368
6. Sentença penal condenatória.....	370
7. O problema da aplicação da pena	371
8. Efeitos da sentença penal condenatória	381

CAPÍTULO 58

DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada	389
2. Fundamento político da coisa julgada.....	391
3. Natureza jurídica.....	392
4. Limites objetivos da coisa julgada	396
5. Limites subjetivos da coisa julgada	397

CAPÍTULO 59
DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	401
2. Fundamento	404
3. Pressupostos lógico e fundamental	406
4. Classificação da sucumbência	406
5. Pressupostos recursais objetivos	411
6. Pressupostos subjetivos	421
7. Juízo de admissibilidade	422
8. Extinção normal e anormal dos recursos	423
9. Classificação dos recursos	424
10. Recursos voluntário e necessário	424
11. Efeitos dos recursos	428

CAPÍTULO 60
DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. A variedade de recursos em matéria processual penal	435
2. O recurso em sentido estrito	437
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?	438
4. Forma e prazo de interposição	439
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	440
6. Prazo para as razões e contrarrazões	441
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer?	442
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	444
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	445
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	446
11. O recurso por termo nos autos	457
12. Efeitos	458

CAPÍTULO 61
DA APELAÇÃO

1. Noções	461
-----------------	-----

2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	463
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável?	466
4. Forma de interposição.....	467
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	468
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	468
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contrarrazões?.....	469
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância?	469
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?	472
10. Apelação plena e limitada.....	473
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	474
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	475
13. Prazo para a apelação	476
14. Extinção anormal da apelação	480
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	483
16. A apelação sobe nos próprios autos?	488
17. Absorção do recurso em sentido estrito	488
18. O prazo para o assistente apelar.....	488
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	492
20. Apelação sumária e ordinária	494
21. Efeitos do recurso de apelação	495
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo?	497
23. A <i>reformatio in pejus</i>	497
24. <i>Reformatio in melius</i>	509

CAPÍTULO 62

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Noções	515
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa	516
3. Quando cabe o protesto	516
4. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	517
5. Poderá a Defesa protestar e apelar?	520
6. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?.....	521
7. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro?	522

8. Razão histórica do protesto.....	522
9. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?.....	524
10. Poderá o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?.....	525
11. Não realização do Júri	526
12. A abolição do protesto.....	527

CAPÍTULO 63

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares	531
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	533
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento	534
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	535
5. Os embargos na Suprema Corte.....	538
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar	540
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recorrer-se à prisão?	541
8. Embargos no STJ.....	541

CAPÍTULO 64

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades	545
2. Quando podem ser opostos	546
3. A quem são dirigidos. Prazo.....	546
4. Pressupostos.....	547
5. Procedimento	547
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	547
7. Extensão dos embargos declaratórios	549
8. Quem pode interpô-los.....	550

9. Quem os julga.....	550
10. Os embargos na inferior instância.....	550
11. Retratabilidade.....	551
12. Suspende o prazo de outro recurso?	551
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração	552

CAPÍTULO 65

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso?.....	553
2. Quando cabe?	553
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	556
4. A denegação de outros recursos.....	556
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	556
6. Procedimento	557
7. A entrega do recibo pelo escrivão.....	557
8. A carta tem efeito suspensivo?	558
9. Procedimento na superior instância	558
10. Por que a denominação “carta testemunhável”?	558
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP	560

CAPÍTULO 66

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades	563
2. Cabimento.....	563
3. Admite-se a correição no processo civil?	565
4. Origem da correição	565
5. Surgimento da correição no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	565
6. É inconstitucional?.....	566
7. É um recurso?.....	567
8. A correição, no Estado de São Paulo.....	567
9. Procedimento	568

CAPÍTULO 67

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	571
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser	572
3. A denominação “extraordinário”	574
4. Outras funções do STF	574
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	575
6. Legitimidade	580
7. Procedimento	581
7-A. Preparo	581
8. Denegação. Recurso oponível	585
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	586
10. O prequestionamento	586
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	588

CAPÍTULO 68

RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	599
2. Procedimento	601
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal?	602
3. O problema da relevante questão federal	605
4. Finalidade do recurso especial.....	606
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	607
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	607
7. Denegação do recurso especial. Providência	608
8. Efeitos do recurso especial	609
9. O prequestionamento	610
10. Súmulas do STJ em matéria criminal	610
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	619

CAPÍTULO 69

DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL

1. Histórico	621
--------------------	-----

2. Agravo de instrumento.....	624
3. Agravo em execução.....	626
4. Agravo regimental	628
5. Recurso inominado	628

CAPÍTULO 70

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Os três tipos de recurso ordinário constitucional.....	631
2. O recurso criminal ordinário constitucional previsto no art. 102, II, <i>b</i> , da Lei Básica.....	632
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário constitucional.....	636
4. O outro tipo: recurso ordinário constitucional	636
5. Procedimento do recurso ordinário constitucional para o STF	636
6. Recurso ordinário constitucional para o STJ. Procedimento.....	638

CAPÍTULO 71

“HABEAS CORPUS”

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	643
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	647
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual	653
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	654
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação.....	655
6. Quem pode impetrar	657
7. Relaxamento da prisão.....	659
8. O constrangimento.....	660
9. O recurso <i>ex officio</i>	660
10. Competência originária.....	661
10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais?.....	670
11. Competência recursal.....	672
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i>	673

13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	674
14. Casos especiais	674
15. Observações	675
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar.....	676
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	676
18. Salvo-conduto	682
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?.....	682
20. Apresentação do paciente	684
21. Sanções	684
22. Pedido de informações.....	685
23. Intervenção do Ministério Público.....	685
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i>	685
25. Concessão	686
26. Liminar em <i>habeas corpus</i>	687
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para jugular indeferimento de liminar?	688
27. Extensão	691
28. Reiteração	691
29. Recursos extraordinário e especial.....	692
30. Não cabimento de <i>habeas corpus</i>	693
31. Ato de particular	695
32. Problemas especiais	696
33. Mandado de segurança.....	697

CAPÍTULO 72 DA REVISÃO

1. Observações preliminares	701
2. O erro judiciário e a coisa julgada	704
3. A revisão <i>pro societate</i>	706
4. A revisão criminal no Brasil	708
5. Natureza jurídica.....	709
6. Pressuposto primordial da revisão	712
7. Oportunidade	713
8. Legitimidade	713
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?.....	716

10. A revisão e a decisão do Júri	718
11. Competência	725
12. Os fundamentos do pedido	727
13. Extinção da punibilidade	730
14. Unificação de penas	732
15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	733
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	733
17. Conversão em diligência.....	734
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	734
19. Absolvição e revisão.....	735
20. Prazo.....	735
21. O pedido	736
22. Procedimento	736
23. Julgamento.....	738
24. Improcedência.....	739
25. Procedência.....	739
26. Consequências	740
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	740
28. Reiteração	743
29. Sentença estrangeira	744
30. A Justiça Eleitoral e a Justiça Militar	745
31. Morte do condenado	745
32. A indenização	745
33. A reclamação	747
 BIBLIOGRAFIA	 749